



LEI N.º 3.005, DE 22 DE MAIO DE 2019.

“DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS – PPD JUNTO AO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

GILMAR MARTIN MARTINS, Prefeito Municipal de Parapuã, Comarca de Osvaldo Cruz, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais, faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE PARAPUÃ APROVOU e ele SANCIONA e PROMULGA em redação final a seguinte Lei:

Artigo 1º- Os débitos de pessoas físicas ou de pessoas jurídicas junto à Prefeitura Municipal de Parapuã, inscritos na Dívida Ativa Municipal, poderão ser parcelados através do Programa de Parcelamento de Débitos – PPD, em até 06 (seis) vezes.

§ 1º- Os débitos ainda não constituídos deverão ser confessados de forma irretratável e irrevogável.

§ 2º- A adesão ao Programa de Parcelamento de Débitos – PPD de que trata esta Lei efetivar-se-á mediante solicitação do contribuinte, a qual exclui a concessão de qualquer outro benefício, extinguindo-se os parcelamentos anteriormente concedidos, admitindo-se a transferência de seus saldos remanescentes para a modalidade prevista nesta Lei.

§ 3º- A adesão ao Programa de Parcelamento de Débitos – PPD não configura novação.

Artigo 2º- A formalização do pedido de ingresso ao Programa de Parcelamento de Débitos – PPD, implicará o reconhecimento dos débitos tributários nele incluídos e pressupõe, necessariamente, a desistência de eventuais ações ou embargos à execução fiscal, com renúncia ao direito sobre o qual se fundam nos autos judiciais respectivos, e da desistência de eventuais impugnações, defesas e recursos apresentados no âmbito administrativo e judicial.

§ 1º- Verificando-se a hipótese de desistência dos embargos à execução fiscal, o devedor concordará com a suspensão do processo de execução pelo prazo do parcelamento a que se obrigou, obedecendo-se o estabelecido no artigo 922 do Código de Processo Civil.

§ 2º- No caso do § 1º deste artigo, liquidado o parcelamento nos termos desta Lei, o Município informará o fato ao juízo da execução fiscal e requererá a sua extinção, com fundamento no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil.



LEI N.º 3.005, DE 22 DE MAIO DE 2019.

Artigo 3º- Os débitos objeto do Programa de Parcelamento de Débitos - PPD serão consolidados no mês do pedido, sendo dividido pelo número de parcelas definido pelo requerente na conformidade do artigo 1º da presente Lei.

§ 1º- Na hipótese de parcelamento na conformidade do artigo 1º da presente Lei, o montante de cada parcela mensal não poderá ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais).

§ 2º- O valor previsto no § 1º do Artigo 3º desta Lei, será reajustado anualmente pelo INPC-IBGE.

Artigo 4º- O deferimento do pedido de parcelamento fica condicionado ao pagamento, a título de entrada, de no mínimo 10% (dez por cento) do valor total da dívida, respeitado o limite mínimo do § 1º do artigo 3º desta Lei.

Artigo 5º- A falta de pagamento de qualquer parcela no vencimento ensejará o acréscimo de multa de 10% (dez por cento), acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sobre a importância devida, até o seu pagamento, vencendo-se antecipadamente o acordo ou ajuste.

Artigo 6º- A opção ao Programa de Parcelamento de Débitos - PPD sujeita o contribuinte à aceitação de todas as condições estabelecidas nesta Lei e constitui confissão irrevogável e irretratável da dívida relativa aos débitos inclusos no parcelamento especial.

Artigo 7º- A inadimplência por 03 (três) parcelas consecutivas ou intercaladas, dentro do prazo de pagamento optado pelo contribuinte, relativamente a tributo abrangido pelo Programa de Parcelamento de Débitos - PPD, excluirá, automaticamente, o contribuinte do Programa.

Parágrafo Único. A exclusão do contribuinte do Programa de Parcelamento de Débitos - PPD acarretará imediata exigibilidade da totalidade do débito confessado e não pago, aplicando-se sobre o montante devido os acréscimos legais, previsto na legislação municipal, à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.



LEI N.º 3.005, DE 22 DE MAIO DE 2019.

Artigo 8º- Para aderir ao Programa de Parcelamento de Débitos - PPD, os contribuintes com débitos ajuizados deverão comprovar o pagamento de eventuais custas processuais ou pleitear a assistência judiciária gratuita e honorários de advogado.

Artigo 9º- As despesas decorrentes com a execução desta Lei, correrão por conta de dotação própria, consignada no orçamento vigente, suplementada se necessário.

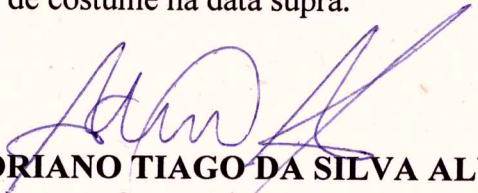
Artigo 10- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Parapuã, 22 de maio de 2019.



GILMAR MARTIN MARTINS
Prefeito Municipal

Publicada e registrada em livro próprio na Secretaria da Prefeitura Municipal de Parapuã, e afixada em lugar de costume na data supra.



ADRIANO TIAGO DA SILVA ALVES
Secretário "ad hoc"